

Resumo de notícias econômicas

03 de Setembro de 2021 (sexta-feira)

Ano 3 n. 167

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 03 SETEMBRO DE 2021

Reforma do IR tira R\$ 53,6 bi da arrecadação, aponta estudo

O Estado de S. Paulo

Cálculo feito pelo economista Sergio Gobetti para o Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda aponta que as mudanças introduzidas pela Câmara na reforma do Imposto de Renda custaram R\$ 53,6 bilhões. Essa é a perda de arrecadação entre o projeto original enviado pelo governo e o parecer do relator, Celso Sabino (PSDB-PA), aprovado pela Câmara.

As mudanças introduzidas pela Câmara na reforma do Imposto de Renda custaram R\$ 53,6 bilhões. Essa é a perda de arrecadação entre o projeto original enviado pelo governo e o parecer do relator, Celso Sabino (PSDB-PA), aprovado na quarta-feira à noite numa votação atropelada e no afogadilho.

Como os deputados votaram sem que o parecer final com as mudanças tivesse sido protocolado, a votação está sendo chamada de “projeto secreto”. Até a noite de ontem, depois da votação dos chamados destaques (sugestões de alteração), o texto final do projeto ainda não era conhecido.

Os cálculos foram feitos pelo economista Sergio Gobetti para o Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz). O projeto preparado pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, continha um aumento de arrecadação de aproximadamente R\$ 12 bilhões, enquanto o texto que saiu da Câmara tem um rombo líquido de R\$ 41,1 bilhões para União, Estados e municípios.

A conta já considera a votação das últimas mudanças feitas ontem, quando os deputados reduziram a alíquota da tributação sobre lucros e dividendos, de 20% para 15%, num script que já estava acordado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), antes da votação do texto principal (leia mais abaixo).

A perda de receita para os cofres dos governos regionais foi estimada em R\$ 19,3 bilhões – R\$ 9,9 bilhões para governadores e R\$ 9,3 bilhões para prefeitos. A eventual perda de arrecadação assustou ontem o mercado financeiro, que reagiu negativamente à votação – as ações dos bancos caíram e o Ibovespa, o principal índice da Bolsa de São

Paulo, caiu 2,3%. O projeto de Orçamento de 2022, já apertado por conta dos precatórios (dívidas que a União precisa quitar depois de sentenças finais da Justiça), foi feito levando-se em conta um impacto neutro da reforma, ou seja, sem perdas nem ganhos de arrecadação.

A confusão em torno do projeto é tamanha que o comando da própria Receita Federal informou ao Comsefaz que a queda da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), incluída no parecer aprovado, foi de 0,5 ponto porcentual, e não de 1 ponto porcentual, como fora divulgado aos deputados na hora da votação. A informação foi corrigida mais tarde pelo Fisco ao confirmar a redução de 9% para 8%, mas ainda dependente de revogação de subsídios.

“Diante do que foi aprovado, os Estados serão oposição e vão lutar para o Senado mudar”, disse o diretor institucional do Comsefaz, André Horta. Ao Estadão, Sabino criticou os dados do Comsefaz e informou que outros pontos não foram considerados. “É planilha toda doida. Uma estagiária faria melhor”, atacou. A reportagem do Estadão pediu o texto final do projeto aprovado, e o relator informou que seria publicado no Diário Oficial hoje.

O rolo compressor de Lira na votação recebeu críticas de vários setores e pode levar a questionamentos legais do rito de votação. “O texto foi votado sem ter sido apresentado. Podemos dizer sem exagero que foi votado um projeto secreto”, disse o tributarista Luiz Bichara. Ele pediu à sua equipe que refizesse o passo a passo da votação por ordem cronológica para mostrar a falta de transparência no processo. A cronologia aponta, por exemplo, que às 19h40 de quarta-feira, já com o processo de votação aberto, a líder do Psol, Talíria Petrone (RJ), solicitou a Lira que fosse protocolado o substitutivo com prazo para análise – o que não foi feito.

Deputados reduzem para 15% taxa de dividendos

Broadcast

A Câmara concluiu a votação da reforma do Imposto de Renda para pessoas físicas, empresas e investimentos. Depois de contar com o apoio da oposição para avançar no texto na sessão de quarta-feira, partidos do Centrão emplacaram ontem uma mudança que reduziu a cobrança de IR sobre dividendos distribuídos por empresas.

Essa alíquota, que pelo projeto-base seria de 20%, foi reduzida para 15% após um acordo liderado por partidos do Centrão, que dão base de sustentação ao presidente Jair Bolsonaro. Atualmente, esses rendimentos são isentos de IR.

Essa foi a única alteração aprovada pelos parlamentares durante a votação dos chamados destaques. Outros 13 foram rejeitados. Houve ainda pedidos que acabaram sendo retirados ao longo do processo de votação, que durou pouco mais de três horas e meia – novamente, sob um ritmo acelerado imposto pelo presidente da Câmara, Arthur Lira .

Para valer, o texto ainda precisa ser validado pelo Senado Empresas do Simples e as que declaram pelo regime do lucro presumido (muito usado por profissionais liberais) com faturamento de até R\$ 4,8 milhões por ano permanecem isentas.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (Progressistas-PR), chegou a recomendar a rejeição do destaque, mas fez questão de ressaltar que, se fosse aprovado, não haveria resistências. “O governo assegura que não haverá veto nessa matéria de dividendos”, disse ele.

Embora tenha participado do acordo que permitiu o avanço da reforma do IR, a oposição se colocou contrária à mudança na alíquota para dividendos. “Temos de tributar o capital igual ao salário do trabalhador”, defendeu o vice-líder do PT, Afonso Florence (BA). Fontes ouvidas, porém, afirmaram que a oposição, mesmo de fora, sabia do combinado. Lira reconheceu que a oposição não fazia parte desse acerto em particular. “O acordo é do lado de cá”, disse.

Prova de um acordo prévio, a mudança na tributação de lucros e dividendos já fazia parte da tabela de previsão de perdas e ganhos que o relator da reforma, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), encaminhou a Estados e municípios. Na tabela Sabino prevê uma arrecadação de R\$ 11 bilhões, em 2022, e de R\$ 33,36 bilhões em 2023 com a mudança da alíquota. Previsões anteriores, com uma alíquota de 20%, mostravam uma alta de arrecadação de R\$ 12,5 bilhões, em 2022, e de R\$ 41,15 bilhões em 2023. Para compensar a alíquota mais baixa, o relator reduziu o ritmo de queda do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), que cairá sete pontos percentuais, de 25% para 18%. A queda de um ponto da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) foi aprovada, mas está condicionada ao fim de incentivos fiscais de PIS/Cofins.

Entre os destaques rejeitados, estava um que buscava mudar a tabela do IR para ampliar a faixa de isenção e criar alíquotas, de 30% a 37,5%. Hoje, a taxa máxima no IRPF é de 27,5%.

Com a derrubada dessa proposta, foi cancelada a do governo, que eleva a faixa de isenção de R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil. Antes de encerrar a votação, Lira parabenizou Sabino pelo trabalho na relatoria da reforma, que teve três tentativas de votação fracassadas devido à falta de consenso.

Texto já encontra resistência no Senado

Senadores avaliam juntar texto aprovado na Câmara com proposta mais ampla que tramita na Casa como forma de diminuir rejeição

O Estado de S. Paulo

Apesar do avanço na Câmara, a reforma do Imposto de Renda já enfrenta obstáculos no Senado. A proposta corre o risco de ser colocada de lado em meio à defesa dos senadores por uma ampla mudança no sistema tributário no País. Nem mesmo as alterações aprovadas pelos deputados parecem ser suficientes para convencer o Senado a cancelar o projeto.

O Estadão/Broadcast conversou com senadores durante a votação dos chamados destaques (sugestões de alterações) do projeto na Câmara. Os parlamentares listam uma série de impasses: insatisfação com o presidente Jair Bolsonaro, embate com o ministro da Economia, Paulo Guedes, risco de queda na arrecadação de Estados e municípios e falta de empenho do Planalto para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária.

Senadores estão divididos entre engavetar a reforma do IR ou juntá-la à PEC da reforma tributária, considerada mais ampla por fundir tributos federais, estaduais e municipais. A simples aprovação do projeto patrocinado pela equipe econômica não conta com apoiadores entre os líderes do Senado.

A reforma do IR foi discutida ontem pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), em uma reunião com governadores. Pacheco afirmou que o projeto será debatido, mas não antecipou posição. “Temos essa distribuição federativa que deve

sempre lembrar que municípios e Estados precisam ser valorizados, considerando que nós vivemos nos Estados e nos municípios, e não na União”, disse.

Se o projeto avançar no Senado, governadores querem garantir formas de repasses que compensem eventual perda de arrecadação. “Enquanto estávamos na agenda, não tínhamos posição final da Câmara, mas acertamos diálogo sobre projetos de interesse da federação, especialmente Estados e municípios”, afirmou o governador do Piauí, Wellington Dias (PT).

A avaliação dos senadores é a de que o governo ficou sem coordenação na agenda de mudanças tributárias. “Não quero nem discutir se há queda de arrecadação ou não. Na minha opinião, você faz reforma ou não faz”, disse o líder do Podemos no Senado, Alvaro Dias (PR).

“A liderança do governo irá trabalhar para aprovar a reforma do IR. É cedo para dizer se haverá necessidade de ajustes”, disse o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDBPE), apontando uma estratégia para tentar superar a insatisfação na Casa: “Persistindo no diálogo e melhorando o relacionamento com os parlamentares”.

Ranking vê novas forças no setor de educação

Broadcast

Tanto a pandemia quanto o processo de consolidação contribuíram para mexer no setor de educação. Se antes os grandes grupos fortaleciam sua presença pelo ensino presencial, a necessidade de isolamento social obrigou a migração para o online, quebrando a resistência à modalidade. Com as peças do jogo de xadrez mudando de casa, a disputa pelo primeiro lugar do ranking das maiores empresas caminha para ser ocupada pela companhia que melhor se posicionou diante das recentes mudanças, com fôlego para seguir no processo de consolidação.

Essas são conclusões de pesquisa sobre o setor de educação superior privada no Brasil, lançada pela consultoria especializada no setor Hoper com os dados de 2020 e do primeiro semestre de 2021. No ranking das maiores companhias, uma empresa que nasceu dedicada ao ensino online está despontando entre as primeiras colocações, posicionando-se como candidata a ocupar a primeira colocação. A catarinense Vitru,

dona da Uniasselvi, fez os maiores movimentos do setor ao levar uma das empresas mais cobiçadas do setor há vários anos, a Unicesumar, avaliada em R\$ 3,2 bilhões. Com a aquisição, a Vitru passa a ter 635 mil alunos, ocupando agora a terceira posição. Em 2020, ocupava a sexta colocação. Outra que deu um salto no ranking é a Ânima, dona da São Judas, que comprou os ativos do Brasil da americana Laureate, como a Anhembi Morumbi, e foi da 11.ª para a 5.ª posição.

“A educação semipresencial é aquela que tem mais aderência com o aluno pós-pandemia. A Unicesumar sempre teve uma educação semipresencial de muita qualidade, e a Uniasselvi também, mas ela com um posicionamento mais de massa, e a Unicesumar um pouco mais premium. Juntas, elas vão fazer uma cobertura de mercado espetacular. É quase imbatível no semipresencial”, afirma o presidente da Hoper, Willian Klein.

Nesse processo de mudança, o ensino presencial também precisará ser remodelado, diz Klein. “Os campi estão em transformação para ofertas de novas experiências. Eles precisarão prever ‘espaços maker’, incubadoras de startups e ambientes de trocas para os alunos.”

A Unicesumar, fundada em Maringá (PR) há 40 anos, vai dar à Vitru um equilíbrio procurado por todo o setor. Além de cursos a distância com notas máximas no MEC, tem graduação em medicina – naturalmente, presencial. Esse curso, além de ter melhores indicadores de evasão e inadimplência, tem mensalidade média de R\$ 8,5 mil. “Cada instituição tem muito a ensinar para a outra”, afirma o presidente da Vitru, Pedro Graça, que diz estar disposto a buscar a liderança do setor (ver mais abaixo).

Líderes sob ameaça? Por ora, porém, as primeiras posições seguem ocupadas pela Cogna, dona da Anhanguera, empresa que mais sofreu com a pandemia e tendo a desconfiança de investidores. Uma das razões é o endividamento e a demora para mudar a estratégia de negócio após o enfraquecimento do Fies – algo que transformou a dinâmica do ensino superior, já que muitas empresas cresceram ancoradas no programa oficial de financiamento.

Mas os problemas financeiros não vão mudar a estratégia da empresa, garante Roberto Valério, presidente da Kroton, que abarca a operação de ensino superior da Cogna. Ele diz que já está em andamento um processo de digitalização, acelerado pela

pandemia. “Estamos vendo que os alunos do presencial estão com uma resistência de voltar às aulas todos os dias na universidade porque eles se adaptaram ao modelo (híbrido)”, diz.

A Cogna continua em reestruturação. Está avaliando todos os cursos para saber quais deles têm mais adesão ao presencial e ao online, além de tentar aproveitar melhor o espaço físico dos campi, já que o ensino híbrido vai virar uma realidade para alunos também do presencial. “Estamos renegociando aluguéis e encerramos 45 unidades próprias. A nossa estratégia é investir cada vez menos em prédios e mais na distribuição do ensino”, diz Valério.

Os investidores ainda estão com o pé atrás com o mercado brasileiro de educação, que nos atrás já foi considerado uma aposta segura na Bolsa. Todas as empresas do setor listadas na B3 apresentam queda nas ações no ano. A maior é a da Cogna, com baixa de 32% desde janeiro e mais de 70% em 12 meses. Para Daniel Damiani, sócio da JK Capital, os números podem mudar com o avanço da vacinação no Brasil. “O setor está mais descontado do que deveria. É verdade que tudo pode acontecer, mas as empresas já estão se readequando ao novo momento.”

Venda de veículos cai pelo 3º mês seguido

Broadcast

As vendas de veículos novos caíram pelo terceiro mês seguido, em parte ainda reflexo da falta de modelos nas revendas em razão da escassez de semicondutores. Foram vendidos em agosto 172,8 mil automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus, volume 1,5% inferior ao de julho e 5,8% menor do que o de igual mês de 2020. No acumulado, as vendas somam 1,42 milhão de unidades, alta de 21,9% na comparação com o ano passado. Isolando o segmento de automóveis e comerciais leves, mais afetado pela falta de chips, os resultados são piores, com redução de vendas de 2,3% na passagem de julho para agosto, e de 8% em relação há um ano, para 159,4 mil unidades. No ano, há crescimento de 19,9%, para 1,33 milhão de unidades.

O presidente do grupo Stellantis (Fiat, Jeep, Peugeot e Citroën), Antonio Filosa, disse que a situação de abastecimento continuará complicada neste ano e que é difícil prever quando haverá solução. “Isso deve ocorrer no próximo ano, mas não nos primeiros meses”. Apesar das dificuldades com os chips, o grupo Stellantis foi um dos

menos afetados. A companhia paralisou alternadamente apenas algumas linhas produtivas da fábrica da Fiat em Betim (MG) por períodos de dez dias. A unidade opera em dois turnos, e a da Jeep, em Goiana (PE), em três.

Essa é uma das vantagens que levaram a Fiat à liderança, antes ocupada pela General Motors. Até agosto, a marca vendeu 306,5 mil automóveis e comerciais leves, o que representa 23% do mercado total do segmento. A participação da segunda colocada, a Volkswagen, é de 15,6%, com 208,6 mil unidades. A Stellantis como um todo vendeu 440,6 mil unidades, ou 33% do total comercializado. Filosa credita o resultado também aos lançamentos do ano, como as novas Fiat Strada e Toro e o SUV Commander, da Jeep. Este ano ainda chegará o Pulse, primeiro SUV da Fiat na região. “Mantivemos investimentos e lançamentos previstos”.

Ele explicou que o grupo, por ter forte participação nos mercados do Brasil e da América do Sul, tem sido tratado igualmente a outros países na divisão dos semicondutores adquiridos globalmente, o que não ocorre com outras fabricantes locais.

Por que cresce a dívida das famílias

Broadcast

Nunca a proporção de famílias com dívidas esteve tão alta como em agosto. A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) mostra que o aumento da contratação de dívidas pelas famílias começou no último trimestre do ano passado, alcançou o recorde histórico de 72,9% em agosto e mantém forte tendência de crescimento.

Há fatores positivos que impulsionam o aumento da dívida. É boa a oferta de crédito, a custo ainda atrativo para os tomadores de empréstimo, apesar da alta nos últimos meses, e o alívio das medidas restritivas exibidas para o combate à pandemia dá mais confiança às pessoas, o que estimula o consumo.

É provável, porém, que a combinação de outros fatores, menos positivos para a economia em geral que os anteriores, também pode estar fazendo crescer a dívida das famílias como proporção de suas rendas. Persistem muitas fragilidades no mercado de

trabalho, com altas taxas de desocupação e dificuldades para a preservação da renda, o que tem impacto sobre o rendimento total disponível para a cobertura das despesas familiares.

Além de crescer pouco, ou até se reduzir, a renda nominal disponível nos orçamentos familiares está sendo corroída silenciosamente por um mal de que parte dos brasileiros sofreu duramente há poucas décadas. Trata-se da inflação em alta, que, diante da fragilidade óbvia do mercado de trabalho, não está sendo repassada para os salários. Compra-se menos com a mesma quantidade de reais. Isso é particularmente evidente no caso de alguns itens essenciais na mesa das famílias brasileiras, sobretudo as de renda mais baixa.

Recorre-se crescentemente a dívidas para cobrir despesas domésticas. A proporção de famílias com dívidas está 5,5 pontos percentuais acima do índice de agosto de 2020 e 7,8 pontos acima do de fevereiro de 2020, antes, portanto, da pandemia. A modalidade de dívida predominante é o cartão de crédito, por muitas razões o tipo de endividamento menos recomendado, dada a facilidade de sua contratação e seu custo muito alto (é a mais cara de todas as modalidades). Nesse cenário de dificuldades financeiras das famílias, há pelo menos um aspecto tranquilizador: a inadimplência mantém-se estável.

Casas de câmbio beiram 2019 com 'empurrão' do BC

Broadcast

Após verem os negócios despencarem na pandemia, com o fechamento das fronteiras pelos países, as corretoras de câmbio estão prestes a bater os níveis de 2019. Em algumas casas, os resultados ultrapassaram com folga o patamar registrado antes da chegada da pandemia da covid-19 ao País. Boa parte do “empurrãozinho” veio do Banco Central. A autoridade monetária elevou de US\$ 100 mil para US\$ 300 mil o limite por operação de câmbio feita por instituições não bancárias, como corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e corretoras de câmbio. No segundo trimestre do ano, elas movimentaram 9% menos do que no segundo trimestre de 2019. Em algumas casas, entretanto, o volume já foi ultrapassado.

Na B&T, o volume no primeiro semestre foi 14% maior que no mesmo período de 2019. Segundo a sócia Vivian Portella, a medida do BC aumentou a margem

operacional e a corretora criou uma área de negócios. A digitalização e a taxa favorável à exportação também ajudaram.

A Advanced Corretora viu o volume de operações no primeiro semestre crescer 44% comparado a igual período de 2019. De acordo com Guacyro Filho, consultor da Advanced, os bancos estavam em uma “zona de conforto e as corretoras começaram a incomodar”. Embora o público de ambos seja diferente, os clientes que precisavam procurar bancos quando negociavam acima de US\$ 100 mil agora podem ser disputados.

Para Bruno Foresti, do Ourinvest, 85% do volume de câmbio ainda é dos dez maiores bancos. Segundo o BC, o Ourinvest ultrapassou, no primeiro semestre, em 91% o volume de operações em câmbio comercial de igual período de 2019. No Travelex Bank, aumentou 185%.

Negócios na Construção Pesada

Broadcast

A Mover (ex-Camargo Correa) e o Grupo Soares Penido pediram à Andrade Gutierrez renovação do prazo para exercerem o direito de preferência na compra das ações da CCR. O movimento aconteceu após a gestora de investimentos IG4, de Paulo Mattos, ter assinado um contrato de aquisição de 14,86% do capital da CCR, na semana passada.

O pedido de maior prazo foi feito após alterações no acordo de acionistas da CCR, solicitadas pela IG4 como condição de fechamento da transação. Entre elas o fim do atual acordo de acionistas em dois anos, para que a CCR se transforme em uma “true corporation”, sem controle definido.

A IG4 passa, dessa forma, a integrar o bloco de controle da companhia de infraestrutura, ao lado da Soares Penido e da Mover.

Leilão do 5 G

Broadcast

Antes de realizar o leilão do 5G previsto para outubro, o governo federal possivelmente terá de lidar com a resistência de um consórcio com cerca de 320 provedores regionais de banda larga, insatisfeito com os moldes do edital. O grupo

ameaça ir à Justiça impugnar o certame, caso não haja alterações. Denominado Iniciativa 5G Brasil, o grupo é formado por empresas de pequeno e médio porte que planejam disputar o leilão juntas e entrar no mercado de internet móvel. O movimento reúne de operadoras com 2 mil clientes até empresas com mais de 200 mil clientes. Todas têm atuação regional, e dizem ser responsáveis por 1 milhão de empregos e R\$ 6,5 bilhões anuais pagos em impostos.

Nas últimas semanas, representantes do consórcio intensificaram as viagens a Brasília para pleitear no Ministério das Comunicações e à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) que o edital agrupe em um único bloco as faixas de 700 Mhz e 3,5 Ghz, usadas para o tráfego dos sinais de 4G e 5G, respectivamente. O argumento é que o edital foi construído de uma forma que inibe a entrada de novos grupos no mercado de internet móvel, pois isso depende das duas faixas.

Nas conversas com Ministério e Anatel, os provedores ouviram um “não”. O entendimento é que o grupo deveria ter se manifestado durante a fase de consulta pública. Alterar o edital agora representaria meses de atraso para o leilão. Unir as faixas elevaria o preço e diminuiria a concorrência. Procurado, o Ministério disse que já forneceu as diretrizes para o edital e que as alterações agora são competência da Anatel. A agência reguladora não retornou.

Produção industrial tem queda de 1,3% em julho, diz IBGE

Broadcast

A indústria brasileira começou o terceiro trimestre no vermelho. A produção do setor recuou 1,3% em julho, na comparação com o mês anterior, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dos sete primeiros meses de 2021, a indústria cresceu em apenas dois deles: janeiro e maio.

Na passagem de junho para julho, houve redução na produção de 19 dos 26 ramos industriais pesquisados, com destaque para as perdas no setor de bebidas, alimentos e veículos. “Tem todo um desarranjo das cadeias produtivas. Escassez de insumos, encarecimento do processo produtivo”, disse André Macedo, gerente da Coordenação de Indústria do IBGE.

Ao mesmo tempo, ele lembra que a demanda doméstica continua estagnada por conta do alto nível de desemprego, pela precarização de postos de trabalho, pela diminuição de salários e pela corrosão da renda das famílias pela inflação.

“A questão do desarranjo das cadeias produtivas, do desabastecimento de matériaprima, é mais evidente no setor de veículos, o que tem afetado muito o resultado de bens de consumo duráveis. Os segmentos mais associados à demanda doméstica, ao nosso consumo do dia a dia, têm mostrado também comportamento negativo, como é o caso dos alimentos e de bebidas”, explicou Macedo.

A redução do valor e do alcance do auxílio emergencial pago pelo governo também afeta o consumo de itens essenciais, afirmou o gerente do IBGE. “Além disso, a recente reabertura da economia, impulsionada pelo progresso da vacinação, começa a redirecionar o comportamento da demanda, aumentando o consumo de serviços em detrimento do de bens”, escreveu Andressa Guerrero, analista da Tendências Consultoria Integrada.

Com o mau desempenho da indústria em julho, a produção ficou 2,1% abaixo do patamar de fevereiro de 2020, no pré-pandemia. Em janeiro deste ano, quando o setor ainda crescia, o volume de produção estava 3,5% acima do pré-covid.

Cenário. A perda de ritmo no parque fabril deve continuar pelo terceiro e pelo quarto trimestres, prevê a economista Luana Miranda, da gestora de recursos Gap Asset. “O problema da indústria é grave porque junta redução da demanda e dificuldade de recompor estoques por falta de matéria-prima. Quando houver normalização do fornecimento de insumos, a indústria tem espaço para crescer, por causa dos estoques que estão muito baixos, mas não deve acontecer este ano”, opinou Luana.

Para André Macedo, do IBGE, ainda não é possível mensurar o impacto da crise hídrica e dos aumentos da energia elétrica na indústria. “O custo da eletricidade traz algum grau de incerteza e impactos negativos na produção”, avaliou Macedo. “Não descarto algum grau de impacto negativo nessa questão, entra no encarecimento de custos de produção.”

Pix que permite saque estreia em novembro

Folha de São Paulo

O Banco Central anunciou ontem que as novas modalidades do Pix, o Pix Saque (que permitirá o saque em dinheiro em estabelecimentos comerciais) e o Pix Troco (que também permitirá o saque, mas associado a uma compra ou à prestação de um serviço), estarão disponíveis a partir do dia 29 de novembro.

Segundo o BC, estabelecimentos comerciais e redes de caixas 24 horas compartilhados poderão oferecer o Pix Saque, além de participantes do Pix, por meio de seus terminais próprios. Clientes de qualquer banco ou de outra instituição do Sistema Financeiro Nacional (SFN) poderão sacar dinheiro nas redes de caixas 24 horas de qualquer banco, e não só de sua instituição.

A ideia é de que, com os novos serviços, o cliente tenha mais opções de acesso ao dinheiro em espécie, já que os saques poderão ser feitos em diversos locais (padarias, lojas de departamento, supermercados, etc), e não apenas em caixas eletrônicos. Atualmente, o Pix permite pagamentos e transferências instantâneas em todo o País entre pessoas, empresas e governo 24 horas por dia, sete dias da semana.

Para ter acesso aos recursos em espécie, o BC informou que basta que o cliente faça um Pix para o agente de saque, em dinâmica similar à de um Pix normal, a partir da leitura de um QR code mostrado ao cliente ou a partir do aplicativo do prestador do serviço.

No Pix Troco, a dinâmica será praticamente idêntica. A diferença é que o saque de recursos em espécie poderá ser realizado durante o pagamento de uma compra no estabelecimento. O Pix será feito pelo valor total (compra e saque).

As operações terão limite de R\$ 500 durante o dia e de R\$ 100, entre 20 horas e 6 horas, mas os estabelecimentos poderão trabalhar com limites menores, se desejarem.

A autarquia ainda informou que a oferta das novas modalidades pelos estabelecimentos é opcional, mesmo que o comércio já aceite o Pix. Segundo o chefe da Gerência de Gestão e Operação do Pix, Carlos Eduardo Brandt, a adesão às novas modalidades é simples e dependeria apenas de um aditivo no contrato com seu banco de relacionamento.

“A adoção do Pix Saque e do Pix Troco tem potencial para trazer benefícios para toda a sociedade – cidadãos, pequenos lojistas e estabelecimentos comerciais como um todo. O cidadão passará a contar com mais alternativas disponibilizadas pelo Pix e com mais opções de acesso ao dinheiro físico quando assim o desejar, pois os saques poderão ser feitos em diversos locais (padarias, lojas de departamento, supermercados, etc), e não apenas em caixas eletrônicos”, disse o BC, em nota.

Para a pessoa física e microempreendedores individuais (MEI), não haverá cobrança de tarifa para o uso do Pix Troco e do Pix Saque em até oito transações mensais. Para o comércio que oferecer o serviço, as operações das novas modalidades representarão o recebimento de uma tarifa que pode variar de R\$ 0,25 a R\$ 0,95 por transação, a depender da negociação com o banco. Segundo o BC, o banco do usuário sacador é quem fará o pagamento da tarifa. “O uso do serviço será totalmente gratuito para o cliente final pessoa física até oito operações por mês.”

O BC afirmou que a oferta do serviço diminuirá os custos dos estabelecimentos com gestão de numerário, segurança e depósitos, além de possibilitar que os estabelecimentos ganhem mais visibilidade para seus produtos e serviços (“efeito vitrine”).

Brandt destacou que o comércio poderá definir horários, valores e cédulas no Pix Saque e Troco e que não há problema se os estabelecimentos não tiveram dinheiro em espécie no caixa. “Colocar um serviço muito engessado para comércio geraria desincentivo à oferta do serviço”, disse.

*Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do
Governo do Estado do Ceará.*

Assessoria de Comunicação – Sedet

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Atualizado no dia 26.08.2021

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 17/06/2021.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão;

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUL)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.406,49
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.742,31
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-335,82

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,21
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	91,18

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até junho) (base: igual mês ano anterior) (%) – CEARÁ				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,0	2,1	-22,0	26,8
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,2	-2,3	-13,4	5,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,5	-1,1	-16,3	4,9
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	4,2	2,9	-15,8	18,3
INFLAÇÃO (Acumulado até julho)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA - BRASIL	2,83	2,54	0,90	5,81
IPCA - FORTALEZA	1,79	3,50	1,84	7,21
INPC - BRASIL	2,83	2,55	0,80	5,01
INPC - FORTALEZA	1,96	3,31	1,73	6,20
IGP-M	5,94	4,79	6,71	15,98

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4

População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
	4.088	4.185	3.808	3.631
Força de trabalho (mil)	(56%)	(56%)	(50%)	(48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466

Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)	1.525	1.685	1.656	1.766
---	-------	-------	-------	-------

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até julho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.809	1.569.938
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.355	8.930.303
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.630.932	49.479.236

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

** O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

Saldo de Empregos Gerados - Acumulado - 2020 - CEARÁ						
	2020			2021		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
JAN	36.806	34.391	2.415	41.170	33.710	7.460
JAN-FEV	74.862	65.408	9.454	85.446	66.708	18.738
JAN-MAR	108.795	106.877	1.918	120.804	104.395	16.409
JAN-ABR	121.809	155.609	-33.800	151.363	131.936	19.427
JAN-MAI	136.612	181.915	-45.303	183.072	159.599	23.473
JAN-JUN	156.057	204.187	-48.130	221.170	188.461	32.709
JAN-JUL	184.009	226.332	-42.323	264.242	218.113	46.129
JAN-AGO	218.898	249.959	-31.061			
JAN-SET	256.917	275.933	-19.016			
JAN-OUT	300.873	304.085	-3.212			
JAN-NOV	341.536	329.998	11.538			
JAN-DEZ	372.208	358.217	13.991			

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN - JUL)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	41.167	49.078	47.641	66.099
Fechamento	60.103	18.328	15.794	21.012
Total	-18.936	30.750	31.847	45.087

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-JUL)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	9.996.015	8.914.954	9.215.552	11.659.544

Fonte: CIPP

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-MAR)			
	2019	2020	2021
Ceará	2.931.400	2.789.513	3.001.983

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.